

6

AS COMENDAS DA ORDEM DO TEMPLO EM PORTUGAL: PATRIMÓNIOS E INTERESSES EM EVOLUÇÃO PERMANENTE

Paula Pinto Costa

INTRODUÇÃO

As comendas da Ordem do Templo em Portugal enquanto patrimónios e espaços geradores de interesses em evolução permanente constituem um objeto de estudo pertinente no contexto de um livro em que se problematizam as *Circulações, Guerras, Discursos e Religiosidades nas Fronteiras da Cristandade (Séculos XI-XV)*. As comendas medievais, embora tivessem uma implantação local plasmada no património edificado, natural e ambiental que as constituía, excediam claramente essa dimensão e traduziam articulações profundas com a cúpula governativa da Ordem a que pertenciam, com os objetivos políticos delineados para o reino em que se inseriam e com as aspirações sociais das pessoas que ingressavam na Ordem, dificilmente perceptíveis em toda a sua vivacidade e complexidade à distância de tanto tempo.

A fase embrionária da constituição da Ordem do Templo teve lugar em Jerusalém e deveu-se à visão, à estratégia e à tenacidade de Hugo de Payns, um leigo originário do reino franco, em particular da zona de Champagne. Este homem empreendeu várias viagens à Terra Santa, tendo partido da sua terra natal em 1104 e em 1114. Imbuído da aura religiosa e política que caracterizava esses territórios, concebeu um

plano que resultaria na criação da Ordem do Templo. Os primeiros Templários, congregados em torno de Hugo de Payns e dos cónegos do Santo Sepulcro, isto é, a comunidade religiosa que garantia a vigilância e as celebrações cultuais neste lugar icónico do Cristianismo, organizaram-se entre 1119 e 1120, adquiriram vida autónoma e procuraram a legitimação da sua organização nascente. Nesta conjuntura de afirmação, Hugo de Payns, acompanhado de alguns dos seus correligionários, em 1127, fez um périplo por uma parte da atual França e de Inglaterra. Provavelmente depois de passar por Roma, esteve em Provins, Anjou, Le Mans, Poitou, Normandia, Inglaterra, Escócia, Cassel, Troyes, onde se encontrava em janeiro de 1129 (DEMURGER, 2006, pp. 59-62). Deste modo, estes homens persistiam na procura da necessária legitimação junto de notáveis figuras europeias, depois de já a terem tentado frente às autoridades religiosas e civis do reino de Jerusalém. Procuravam o seu reconhecimento, bem como riqueza e pessoas que viabilizassem o seu plano. Para tal tinham de divulgar o seu propósito e tinham de ser convincentes para lograrem os indispensáveis apoios. O concílio de Troyes, realizado nos inícios de 1129, culminou este processo e é dado como o momento de reconhecimento oficial da Ordem do Templo.

Tendo em consideração o contexto traçado, as duas principais questões abordadas neste trabalho são, antes de mais, a instalação dos Templários no Condado Portucalense e a organização de uma rede de comendas, muito dependente da configuração do território português ao tempo da chegada dos Templários, dos objetivos políticos e expansionistas que D. Afonso Henriques delineou e da influência que D.

Gualdim absorveu no Oriente Latino. Este processo acompanhou a transformação deste território político de um condado em um reino e o desafiante domínio da linha do Tejo, frente aos almorávidas e aos almóadas sobretudo no século XII. Neste cenário, o exercício de identificação das comendas é crucial, embora seja limitado pela base documental disponível nos arquivos portugueses, havendo, por vezes, hiatos de informação que comprometem a reconstituição da rede de comendas e da cronologia rigorosa de organização da mesma. A segunda grande questão que importa discutir recai nas dinâmicas governativas e sociais refletidas na gestão das comendas. Estes núcleos eram constituídos por patrimónios que não eram estáticos e que atraíam interesses, também eles, em evolução permanente e que tanto expressam forças endógenas como exógenas à Ordem.

1. A INSTALAÇÃO DOS TEMPLÁRIOS NO CONDADO PORTUCALENSE E A ORGANIZAÇÃO DE UMA REDE DE COMENDAS

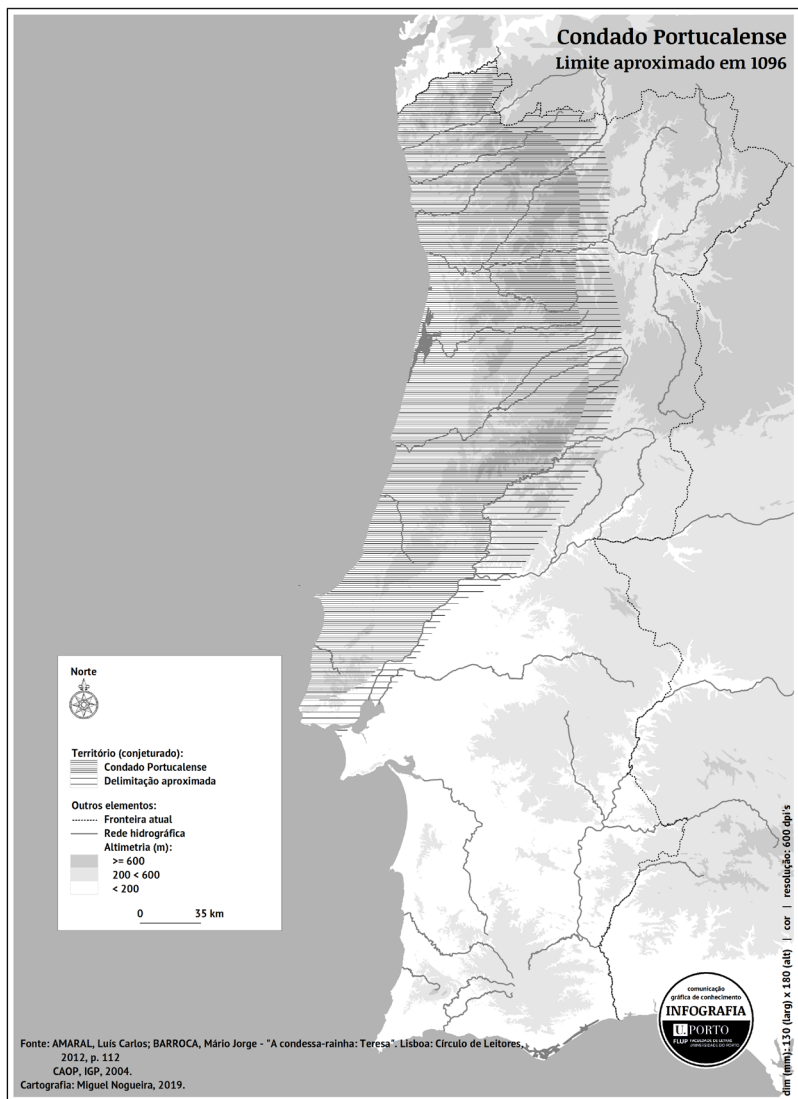
A famosa viagem que os primeiros Templários fizeram pelo ocidente europeu na década de 20 do século XII não esgotou o seu esforço de reconhecimento e de expansão. Muito provavelmente, tal ambição implicou outras viagens mais informais e com outros destinos mais afastados desse eixo gravitacional da vida do ocidente europeu (França e Inglaterra) visitado por Hugo de Payns. O noroeste ibérico foi com certeza um alvo prioritário pelas suas características peculiares no que toca à sua afirmação enquanto destino de peregrinação (Santiago de Compostela) e enquanto território com ambições de expansão frente ao domínio muçulmano. A fixação em Portugal pode ter resultado de uma abordagem

deste género. Braga, a norte, e Soure, a sul, destacam-se no processo de fixação inicial dos Templários. Duas forças parecem irradiar a partir destes dois pontos: uma para norte, menos significativa para os Templários e abafada pelo poder crescente que os Hospitalários tinham no noroeste peninsular graças ao papel exercido pelas peregrinações a Santiago de Compostela, reforçado pela transferência da sede da dignidade metropolítica de Mérida para Compostela no ano de 1120; e uma outra, muito mais forte, para sul e que atinge os espaços entre os rios Mondego e Tejo na conjuntura de alargamento de fronteiras. À Galiza, os Templários terão chegado mais tarde e em momento incerto. A data recentemente proposta é o ano de 1138, em articulação com o papel desempenhado pela família Traba, embora a primeira referência documental segura seja de 1169 (BOUZÓN CUSTODIO, 2021, p. 43 e p. 48).

O projeto de Hugo de Payns estava associado à Terra Santa, e em particular a Jerusalém, e à cruzada, circunstâncias que mobilizavam interesses na Península Ibérica, onde a reconquista se alimentava de referências semelhantes. Como é sabido, a peregrinação e a cruzada desenvolveram-se em paralelo e modelaram o mundo medieval. À época, Jerusalém tinha um enorme prestígio que atraía muitas pessoas de vários estratos sociais (MATTOSO, 2006, pp. 58-66), o que criava um ambiente propício ao desenvolvimento dos Templários, inclusivamente neste extremo ocidental da Europa.

Quando os Templários se fixaram no espaço que viria a ser o reino Portugal, o território tinha o estatuto de um condado. Estendia-se, ao longo de uma área relativamente estreita, entre o rio Minho e as terras próximas da margem norte do rio Tejo, e para o interior tinha os seus

confinos pelas zonas de Vila Real, Seia e Santarém (MARQUES, 1996, pp. 13-23; AMARAL & BARROCA, 2012, p. 112). A configuração do condado condicionou a da implantação dos Templários e traduziu-se na organização da rede de comendas que aqui instituíram.



Em Portugal, a primeira grande doação feita em benefício dos Templários foi Soure, uma terra que já tinha recebido foral, dado por D. Henrique e D. Teresa em junho de 1111 (*PMH. Leges et consuetudines*, III, p. 357), e que tinha sido governada por Fernão Peres de Trava, na qualidade de seu tenente, até ao momento em que passou para os Templários. Os Templários receberam Soure em 19 de março de 1128 (*DMP. Documentos Régios*, doc. 79 e *Cartulaire Général de l’Odre du Temple*, doc. 10)¹ por carta de D. Teresa, a qual se refere a eles como Cavaleiros do Templo de Salomão, colocando em destaque o seu lugar matricial. Por este diploma, os freires ficaram na posse do velho castelo situado numa zona crucial para o território envolvente e assumiram o governo de uma terra que tinha costumes antigos, alguns dos quais consagrados na referida carta de foral. Soure era uma terra de fronteira, grande, despovoada e, como tal, desprotegida, mas central para o futuro de Portugal. O ano de 1128 foi especialmente agitado para a família condal portugalense, que atravessava um período de difícil equilíbrio político, resultante das divergências entre as forças portugalenses e as galegas, propício à afirmação de Afonso Henriques e das pessoas que o rodeavam, em detrimento das forças aliadas da condessa D. Teresa (MATTOSE, 2006, pp. 36-46; AMARAL & BARROCA, 2012, pp. 210-233).

Apesar de se considerar Soure o marco de início da presença dos Templários no condado Portugalense, em virtude da carta de doação que acabamos de citar, há indícios históricos, suportados por cópias de

¹ Tradução para português por AMARAL & BARROCA, 2012, p. 340.

alguns documentos incluídas no cartulário da Ordem de Cristo feito por Fr. Pedro Álvares Seco no século XVI, de que os freires podem ter chegado ao norte do condado Portucalense um pouco antes (COSTA, 2013, pp. 231-243). A hipótese mais credível é que estivessem a negociar a instalação neste condado nos inícios da década de 20 do século XII. Tudo aponta para que tivessem comprado alguns bens em Braga, a partir de 1122, cidade onde se situava a sé catedral que albergava o mais influente clero português. Braga tinha um prestígio incontornável. Tinha sido a capital do reino dos suevos nos séculos V e VI e era a sede da principal diocese portuguesa, restaurada em 1071 (COSTA, 2000) no contexto da reconquista. Era aí que os primeiros Templários tinham de procurar apoios que acreditassem a sua ação e que viabilizassem a sua instalação no território condal, nomeadamente a partir de doações significativas. Há indícios históricos de que algo deste género possa ter acontecido em Lourosa, sob Monte Souto, a norte de Santa Maria da Feira, em 1125, e em Fonte Arcada de Penafiel, pelos anos de 1126-1128, onde também há vestígios da sua presença. Esses primeiros Templários procuraram espaços que, no seu conjunto, eram compatíveis com a configuração política do território português nessa cronologia precoce, com a proximidade à Ordem do Hospital, com a qual tinham alguma afinidade e que se encontrava a fazer um caminho de afirmação facilitado pelo seu envolvimento no apoio aos peregrinos compostelanos e, ainda, com os grupos sociais aristocráticos em que poderiam encontrar simpatizantes, os quais estavam arreigados no norte e que aí permaneceriam mesmo depois de a reconquista para sul ter tido grande projeção (PIZARRO, 2009, pp. 143-155).

A partir de 1128, D. Afonso Henriques ganhou expressão política e desenvolveu uma aposta crescente no sul do condado, transferindo-se de Guimarães para Coimbra pelo ano de 1131, a cidade que tinha a sul uma linha defensiva bem delineada e na qual estava integrado o castelo de Soure, entregue aos freires em março de 1128, como já foi referido. A partir daqui a implantação da Ordem do Templo em Portugal acelerou-se e tornou-se decisiva para a evolução da história do reino.

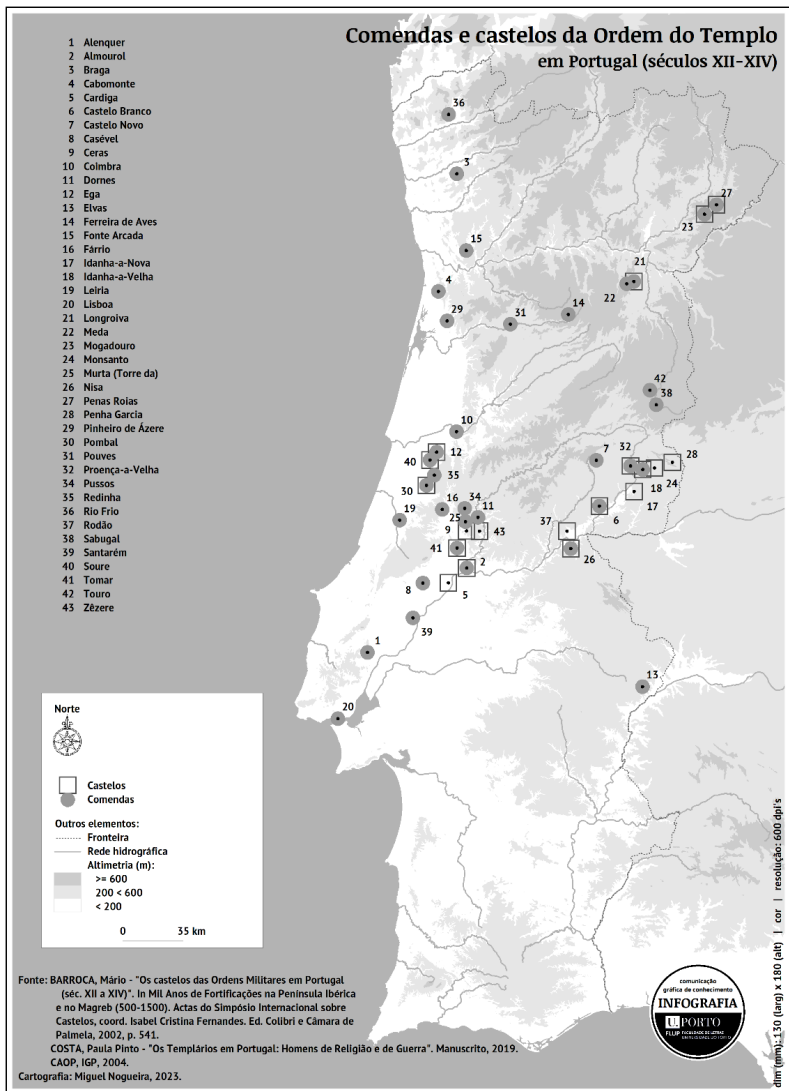
A distribuição das comendas da Ordem do Templo identificadas no Portugal Medieval traduz a evolução da geografia política do território, nomeadamente o peso da sua dupla condição fronteiriça, quer frente ao reino castelhano-leonês, quer frente ao de al-Andaluz, e não é homogénea. As comendas da Ordem do Templo em Portugal configuram dois grandes núcleos completamente desequilibrados do ponto de vista quantitativo e da densidade que apresentam: um disperso a norte e um outro concentrado entre os rios Mondego e Tejo.

A norte configurou-se um eixo vertical, paralelo à costa atlântica, estruturado com base nas comendas de Rio Frio, local onde também estavam os Hospitalários, de Braga e de Fonte Arcada, fruto da ação da condessa D. Teresa, que se prolongaria para sul até à de Cabo Monte.

A partir daqui estabelecia-se uma articulação com o que podemos considerar uma segunda área de implantação a norte e já de transição, delineada pelo vale do rio Vouga, o limite da tradicional senhoriação de Portugal, assinalada pelas comendas de Pouves e de Ferreira de Aves. Por fim, no norte transmontano, face à zona de influência castelhano-leonesa, havia um núcleo desenhado a partir das comendas de Mogadouro e de Penas Roias.

Por sua vez, na zona beirã a sul do rio Douro, a Ordem do Templo assumiu um papel relevante na emblemática fronteira do rio Côa, através das comendas de Meda, Longroiva, Touro e Sabugal.

O núcleo duro e mais denso da fixação das comendas Templárias em Portugal situava-se entre os rios Mondego e Tejo e apresentava dois subgrupos. A guerra frente aos almóadas fez emergir a importância do vale do rio Tejo, um espaço em que os Templários se notabilizaram. A partir das comendas de Pinheiro de Ázere e de Coimbra, o primeiro subgrupo estendia-se até à de Santarém. Era aqui que estava o epicentro da Ordem em Portugal associado à emblemática comenda de Tomar. O segundo subgrupo desenvolvia-se em torno das comendas de Castelo Novo, de Penha Garcia, de Ródão e de Nisa, anunciando uma espécie de um triângulo, demarcado pelos vales dos rios Ocreza e Ponsul, que confluem para o Tejo. Este espaço era, verdadeiramente, de fronteira, quer frente ao reino castelhano-leonês, quer frente ao de al-Andaluz. Fora destas áreas, os Templários tiveram uma implantação residual, contando-se apenas as comendas de Alenquer, de Lisboa e de Elvas, esta última, que juntamente com a já referida de Nisa, são as únicas documentadas a sul do rio Tejo.



Os primeiros sinais de organização comendatária por parte da Ordem do Templo em Portugal, e os únicos documentados para o século XII, encontram-se em Rio Frio, pela primeira vez em 23 de julho de 1145 (*Liber Fidei*, II, doc. 826, pp. 1109-1110), em Tomar, a partir de abril de

1176 (*PMH. Leges et consuetudines*, I, pp. 398-399 e pp. 404-405) e em Coimbra, em julho de 1197 (GOMES, 1999, p. 58). Os dados que se conhecem para a Ordem do Hospital são compatíveis com os da Ordem do Templo, pois a primeira referência documental a um comendador Hospitalário reporta-se a Aboim, precisamente no ano de 1146 (*Liber Fidei*, II, doc. 842, pp. 1133-1135). Este comendador era apontado no ano anterior como procurador do Hospital (*Liber Fidei*, II, doc. 826, pp. 1109-1110). Aboim, dos Hospitalários, e Rio Frio, dos Templários, distam entre si cerca de 75 km e são, mais ou menos, equidistantes de Braga, um dos mais fortes centros de poder do noroeste peninsular e que condicionou a evolução destas duas Ordens.

Às principais manchas de comendas Templárias correspondem diferentes cronologias e circunstâncias históricas específicas. A implantação a norte ocorreu desde o primeiro momento em que há vestígios da presença dos Templários em Portugal. O documento que sinaliza a presença dos freires em Fonte Arcada (Penafiel) é muito significativo e testemunha a doação que D. Teresa fez em favor dos “*militibus Templi Salomonis*”, ato reforçado pela preparação de 18 concessões provenientes de beneméritos mencionados no mesmo diploma (*DMP. Documentos Régios*, doc. 77)². Fonte Arcada fica junto ao mosteiro beneditino de Paço de Sousa, um foco entre as redes do poder sociopolítico dessa altura, o que adensa a problemática em torno da preparação da citada doação. Por sua vez, o avanço para sul, em concreto em direção ao vale do rio Tejo, esteve relacionado com a consolidação

² A propósito deste documento encontram-se esclarecimentos na mesma obra, vol. II, tomo 2, nota XXI, p. 593.

da fronteira do reino e com a transferência do poder em direção ao sul por parte da fação de D. Afonso Henriques e com a necessidade de reforçar a defesa da cidade de Coimbra, projeto em que se incluiria o castelo de Soure dado aos freires.

A rede de comendas dos Templários consolidou-se sobretudo com o apoio régio, mas houve outros fatores decisivos para este processo. A par do incentivo régio, o perfil da Ordem, a ação que levava a cabo e o prestígio que foi alcançando foram, com certeza, fundamentais para mobilizar o contributo de algumas figuras particulares para o aumento patrimonial. Assim aconteceu com as importantes doações dos castelos transmontanos de Penas Róias e de Mogadouro, bem como com o de Longroiva, este situado já a sul do rio Douro, feitas por D. Fernão Mendes de Bragança, em junho de 1145, no âmbito do processo de senhoriação de Trás-os-Montes (PIZARRO, 1999, vol. 2, pp. 498-499). Numa área distinta, a proximidade aos prestigiados cistercienses de Alcobaça também pode ser um fator a ponderar na compreensão da configuração do conjunto de comendas dos Templários, uma parte do qual era próxima dos referidos domínios cistercienses. O couto de Alcobaça foi instituído a 8 de abril de 1153 e a construção da abadia foi iniciada em 1178, quatro anos depois de Bernardo de Claraval ter sido canonizado, precisamente o homem que tinha acabado por ser o mentor da Ordem do Templo. Estes factos estão repletos de significado e ter-se-ão refletido na evolução histórica da Ordem do Templo em Portugal, sem que, no entanto, haja prova documental que ofereça pistas esclarecedoras.

Apesar de, por definição, uma comenda ser constituída por um conjunto de bens patrimoniais geridos por um comendador e se inserir no sistema administrativo global de uma Ordem Religioso-Militar e na sua hierarquia governativa, não há um padrão de comenda que possa emanar da aplicação deste conceito genérico, dado a singularidade que caracteriza cada uma delas. Diferem entre si, sobretudo, pela localização, pela área geográfica, pelas características geomorfológicas, pelos recursos naturais, pelas atividades económicas, pelo património edificado e pelos centros de poder que têm nas proximidades (COSTA, 2009, pp. 9-24). Estas questões condicionavam o rendimento de uma comenda, o prestígio e o interesse que sobre ela recaía. Sendo que uma comenda funcionava como um mecanismo institucional em que a gestão patrimonial era delegada num comendador, que canalizava uma parte dos rendimentos obtidos para os cofres da Ordem (RILEY-SMITH, 2002, pp. 9-17; JOSSERAND, 2009, pp. 245-246), há que procurar aceder às lógicas que conduziam à escolha destes homens.

As comendas da Ordem do Templo estavam inseridas em dinâmicas locais, que decorriam da sua localização geográfica e da sua atividade económico-social, e em dinâmicas internacionais, pela sua integração na hierarquia governativa da Ordem. Submetidas às autoridades provinciais (Mestre em Portugal, Leão e Castela, ou nos três reinos de Espanha, como ficou registado em vários documentos, e Capítulo Provincial) e ao governo central da instituição (Mestre / Grão-Mestre da Ordem e Capítulo Geral), integravam, em simultâneo, o binómio centro-periferia que caracterizava a estrutura orgânica e funcional da Ordem do Templo.

Uma comenda poderia não ter unidade espacial e ser o resultado da acumulação de parcelas patrimoniais descontínuas mais ou menos próximas umas das outras. Esta dispersão aumentaria as dificuldades de gestão e os problemas logísticos relacionados com a canalização de produtos agropecuários para a casa central da comenda. Em simultâneo colocar-se-ia a questão da identificação da área da comenda. O recurso a marcos divisórios, munidos muitas vezes das insígnias da Ordem, ao curso de linhas de água, a algumas características orológicas, ao saber veiculado pela tradição oral e à posse de documentos escritos seriam os mecanismos mais comuns para a identificação das várias parcelas patrimoniais e do perímetro de uma comenda. No caso de a base de uma comenda ser constituída por bens dispersos, este processo de identificação deveria ser reconhecido sobretudo na ótica da própria Ordem e mais dificilmente seria apreendido por elementos estranhos à instituição. A incorporação destes territórios na memória e na herança da Ordem, enquanto representação jurídica e conceptual da própria instituição, era um processo implícito à administração das comendas.

No seu conjunto, as propriedades formalmente designadas por comendas da Ordem do Templo em Portugal, entre a primeira metade do século XII e os inícios do século XIV, altura em que teve lugar a supressão da Ordem, totalizaram 35 núcleos, de acordo com as referências documentais a que temos acesso. Nem em todos os lugares onde está documentada a presença da Ordem do Templo, há referências documentais à atuação de um comendador. Por vezes, é referido um castelo, ou mesmo a concessão de uma carta de foral, sem que se refira expressamente a condição de comenda. Por exemplo, em fevereiro de

1159, D. Afonso Henriques doou ao Templo o castelo de Ceras com o seu termo, a troco de os freires terem prescindido dos direitos eclesiásticos que até então usufruíam em Santarém (*DMP. Documentos Régios*, I, doc. 271, pp. 344-345), sem que alguma vez tenhamos encontrado uma referência a um eventual comendador de Ceras, facto explicado talvez pela construção do castelo de Tomar dentro desta grande área territorial, e que deu origem à constituição quase imediata de uma comenda de grande projeção, isto é, a comenda de Tomar.

2. DINÂMICAS GOVERNATIVAS E SOCIAIS REFLETIDAS NA GESTÃO DAS COMENDAS

As comendas da Ordem do Templo eram atrativas numa sociedade ávida de terras, de diretos a ela associados e do prestígio que emanava de uma instituição com origem em Jerusalém. A administração de uma comenda, embora confiada a um comendador, podia implicar uma autoridade partilhada no que toca à gestão do património. Mestre, capítulo e comendadores envolviam-se nesse processo (GOMES, 2005, p. 122). Os exemplos dos forais outorgados em favor de Tomar em 1162 e de Castelo Branco em 1213 são bastante elucidativos em relação a esta situação. No primeiro lê-se que foi dado por “*Ego magister Gaudinus una cum fratribus meis*” (*PMH. Leges et consuetudines*, pp. 388-389) e no segundo por “*Ego magister militie Templi Petrus Alviti cum omni conventu Portugalis*” (*PMH. Leges et consuetudines*, pp. 566-567).

Para a Ordem do Templo está documentado o cargo de sub-comendador, mais um indício que ajuda a problematizar a assunção de responsabilidades divididas. Na reunião do capítulo que ocorreu em 26

de dezembro de 1222 na comenda de Castelo Branco, uma das mais emblemáticas em Portugal, participou um freire, de nome Vicente, apontado como sub-comendador (ANTT, *Gaveta VII*, m. 13, nº 4). E não é caso único. A associação de um sub-comendador pode ser explicada por exigências administrativas mais complexas, sobretudo numa comenda como a de Castelo Branco, pela necessidade de suprimir lacunas decorrentes da ausência do comendador titular ou, ainda, pela estratégia de treinar freires para o posterior exercício da função plena de comendador.

Regra geral o número de freires que vivia em cada comenda era baixo. Por exemplo, pelos anos 30-40 do século XII, o castelo de Soure teria uma guarnição composta, no limite máximo, por cinco freires (FERNANDES; OLIVEIRA, 2005, p. 138). E, em 1201, a segurança do castelo de Almourol era garantida por cinco freires (VITERBO, 1984, p. 585). O reduzido número de freires também se pode inferir da acumulação de cargos por parte de alguns comendadores. São prova disto os exemplos de Fr. Soeiro, que acumulava o cargo de comendador e o de capelão de Pussos (ANTT, *Gaveta VII*, m. 7, nº 22), de Fr. João Soares, que era prior de S. João de Marialva e comendador de Castelo Novo (ANTT, *Gaveta VII*, m. 10, nº 27), e de Fr. Martinho Gonçalves que era em simultâneo comendador e presbítero de Tomar (ANTT, *Gaveta VII*, m. 9, nº 8).

Numa análise sobre as comendas da Ordem do Templo, torna-se importante apurar o número de freires mencionados em simultâneo, uma vez que pode ser um indicador indireto do número de comendas e de comendadores em funções, assim como do modo de governação e de participação no capítulo. Em documentos de outubro de 1180 (ANTT,

Gaveta VII, m. 10, nº 26) estão documentados 23 freires em simultâneo, o máximo que se conhece para Portugal. Em várias outras reuniões realizadas já no século XIII, como aconteceu em outubro de 1213 (*PMH. Leges et consuetudines*, I, pp. 566-567), em dezembro de 1219 (*ANTT, Gaveta VII*, m. 10, nº 13) e em setembro de 1231 (*PMH. Leges et consuetudines*, I, pp. 621-622), o número de participantes oscilou entre os 13, 15 e 19 freires, respetivamente, não se percebendo de forma objetiva a razão de tais valores.

A configuração territorial da Ordem do Templo e o modelo administrativo que implementou obrigavam a frequentes deslocações dos freires, alguns dos quais tiveram carreiras transmediterrâneas que traduziam a organização da instituição. As dinâmicas governativas da Ordem refletiam-se na vida ao nível das comendas: o envio de recursos humanos e materiais para o convento central, o acolhimento de freires que se deslocavam de comenda em comenda e a organização de reuniões capitulares para as quais eram convocados os comendadores eram os sinais mais notórios da exigência de deslocações.

A mobilidade no quadro da Ordem pode ser aferida através da titularidade das próprias comendas. A documentação conserva exemplos da acumulação de comendas sob a gestão de um mesmo comendador, talvez para mitigar a escassez de recursos humanos, ou os baixos rendimentos de algumas propriedades, ou mesmo para viabilizar as ambições de poder de algumas famílias que pretendiam colocar os seus parentes no cargo de comendador, especialmente em locais vizinhos das suas áreas de influência. A este nível, as interrogações multiplicam-se e raramente encontram respostas seguras.

Na prática, conhecem-se comendadores que tanto administravam comendas próximas entre si, como outros que cumpriam essas funções em comendas bastante distantes. Numa perspetiva mais logística, compreende-se melhor a acumulação frequente das comendas beirãs de Longroiva e da Meda, separadas apenas por cerca de 8 km, e das comendas transmontanas de Mogadouro e de Penas Róias, a cerca de 13 km uma da outra. Esporadicamente aparecem associadas ao comendador de Leiria (1256.04, ANTT, *Gaveta VII*, m. 10, nº8; 1260.08.15, GOMES, 1999, pp. 65-66) e ao de Pombal (1264.06.24, GOMES, 1997, pp. 181-182), o que levantaria enormes problemas na gestão quotidiana, dada a distância que separa estes núcleos patrimoniais. Por outro lado, e entre as que se encontravam muito afastadas, incluem-se as comendas de Ega (Condeixa-a-Nova) e de Cabomonte (Santa Maria da Feira), governadas por Álvaro Peres em abril de 1281 (ANTT, *Leitura Nova, Mestrados*, fls. 29r-29v), e as de Rio Frio (Arcos de Valdevez), Nisa e Almourol (Vila Nova da Barquinha), por Gonçalo Fernandes em abril de 1306 (ANTT, *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fls. 111-112).

A par das situações de acumulação de comendas, a rotatividade de alguns comendadores pelas comendas está também documentada e, em teoria, pode justificar-se pelas necessidades decorrentes da gestão de propriedades dispersas, pela escassez de recursos humanos, pelo reconhecimento das competências de alguns freires ou pelo desenvolvimento de uma política de promoções. Sem que se consiga identificar com clareza as razões específicas de cada um dos casos, é interessante recordar alguns deles para ilustrar a ocupação sucessiva de comendas por parte do mesmo indivíduo.

Tanto quanto a documentação permite reconstituir, os freires que mais comendas ocuparam foram Afonso Gomes, comendador de Mogadouro em 1267, de Tomar em 1272, comendador-mor e também comendador de Pombal e de Santarém nas décadas de 70 e de 80 e mestre no final dos anos 80; Martinho Gonçalves que começou por ser comendador de Longroiva e Meda na década de 50 do século XIII, de Pombal e depois de Tomar já no final dessa década, passando nos anos 60 para Pombal e, por fim, para Santarém; e Pedro Fernandes que, nos anos 50 do século XIII, era comendador de Soure, passou para Mogadouro e Penas Róias e voltou a ficar responsável por Soure e, na década seguinte, era comendador de Ega e também de Soure (COSTA, 2019, pp. 152-160).

Em função dos dados que se conhecem, é possível identificar comendadores que fizeram trajetórias de Coimbra a Tomar, de Mogadouro a Leiria, de Rio Frio a Nisa, de Tomar a Pombal e também de Pombal a Tomar, de Lisboa a Castelo Novo e de Mogadouro a Santarém. Sem que se possa definir uma carreira-padrão, e com base numa investigação mais sistemática que levamos a cabo, podemos concluir que os comendadores, a partir de lugares mais a norte ou mais periféricos, se aproximavam do centro de implantação da Ordem do Templo, onde estavam as comendas de maior prestígio, fazendo percursos centrípetos. Os percursos feitos por alguns freires sugerem carreiras diversificadas e, algumas delas, admiráveis. A rotatividade entre comendas e a acumulação de cargos, como o de comendador com o de representante de instâncias hierárquicas superiores da Ordem e que conferiam o exercício de uma autoridade transversal ao território

português pertencente à Ordem do Templo, são bastante expressivas do perfil das carreiras destes homens. Os comendadores de Tomar foram os que acumularam essas funções com mais frequência, seguidos do de Pombal, o que se compreende pela notoriedade de ambas (COSTA, 2019, pp. 160-165).

A assunção da dignidade de mestre por parte de alguns freires que geriram as prestigiadas comendas de Santarém, de Pombal, de Mogadouro, de Casével e de Tomar também é significativa. Por exemplo, Lopo Fernandes foi mestre e comendador de Tomar (BARROCA, 2000, vol. II, tomo 1, pp. 483-491, inscrição 188); Lourenço Martins foi mestre, procurador geral da Ordem em Portugal e comendador de Pombal e de Santarém (BARROCA, 2000, vol. II, tomo 2, pp. 1362-1365, inscrição 520); Afonso Gomes foi mestre (COSTA, 1771, nº 74, pp. 290-291) e comendador de Mogadouro (*Livro de Bens de D. João de Portel*, 2003, doc. XLV), Tomar (ANTT, OC/CT, nº 234, 2ª parte, fls. 54v-55v), Pombal (ANTT, OC/CT, nº 234, 2ª parte, fl. 145v) e Santarém (ANTT, *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fl. 95v); e Vasco Fernandes foi mestre e comendador de Casével (ANTT, *Gaveta VII*, m. 10, nº 27) e de Santarém (COSTA, 1771, nº 76, pp. 293-294).

O conhecimento mais profundo das comendas da Ordem do Templo em Portugal implica o estudo das dinâmicas sociais que se desenvolveram em seu torno. Dinâmicas endógenas e exógenas à Ordem tornariam o processo de escolha dos comendadores, tanto quanto se pode imaginar, complexo e bastante concorrido. Neste sentido, as comendas tanto serviam a estrutura governativa da Ordem, como contribuíam para a consolidação de redes externas de poder. Registe-

se, por exemplo, o facto de determinados homens da mesma família estarem à frente de uma comenda em gerações distintas, como aconteceu com Paio Gomes Barreto e Gil Fernandes Barreto, responsáveis pela prestigiada comenda de Castelo Branco entre a segunda metade do século XIII e os primeiros anos do XIV (PIZARRO, 1999, vol. 1, pp. 405-407).

Os critérios de atribuição das comendas, tendo em conta os interesses de natureza mais pessoal e familiar típicos da afirmação do poder a uma escala local, embora nunca tenham sido encontrados em documentação escrita produzida na Idade Média, seriam, pelo menos, discutidos em capítulo e tacitamente reconhecidos pelos interessados. Assim como não se conhecem vestígios da exposição de argumentos que conduzissem à posse de uma determinada comenda. As comendas encerravam um conjunto de oportunidades bastante apelativas, tendo em conta o potencial do seu património imobiliário e dos direitos jurisdicionais que lhe estavam associados. Num inquérito feito em 1314, na sequência da supressão da Ordem do Templo, o que seguramente lhe deu contornos muito especulativos, foi registado que o rei português mandava sempre um ou dois homens da sua casa às reuniões capitulares da Ordem para supervisionar a concessão das bailias e impedir a luta entre os freires (GOMES, 2011, pp. 100-116). As pressões poderiam ser de vária natureza. Aliás, a normativa da Ordem define simonia como a oferta de um presente ou a promessa feita a um irmão do Templo ou a outra pessoa que pudesse ajudar o interessado a entrar na Ordem, o que constituía uma ação punida com a expulsão da própria Ordem (UPTON-WARD, 2006, p. 99).

Os Templários implantaram-se em Portugal num momento de profundas transformações sociopolíticas. Entre elas há que incluir a afirmação do estatuto político do território, o alargamento das suas fronteiras e o desaparecimento de linhagens da alta nobreza (MATTOSO, 1987, p. 311-312). Na generalidade, as Ordens Religioso-Militares mostraram-se especialmente atrativas para alguns grupos sociais de uma nobreza de segunda linha e mesmo para indivíduos que não tinham este estatuto. Em bom rigor, todas estas circunstâncias contribuíram para modelar o perfil dos freires.

O papel de D. Gualdim Pais nas importantes terras da margem direita do rio Tejo parece ter sido o elemento decisivo para a configuração da rede de comendas Templárias. Influenciado pela experiência que tinha vivido no Oriente Latino e pelo seu dinamismo e ligação a D. Afonso Henriques, empenhou-se profundamente num programa de construção militar e de organização do território que lhe cabia gerir, como está descrito na produção historiográfica (BARROCA, 2000, vol. II, tomo 1, pp. 522-527, inscrição 203; GOMES, 2015, pp. 11-23).

A singularidade da ação de Gualdim Pais terá atraído novos ingressos para a Ordem do Templo, constituindo um eixo da sua composição social. Alguns exemplos demonstram estas redes sociais. A sua irmã Sancha Pais Carpinteiro casou com Paio Gomes Gabere, dos Penela-Gravel-Gabere, uma família que fez um percurso de expansão da área do rio Minho para a do Cávado (PIZARRO, 1999, vol. 2, pp. 201-202). E Estevainha Pais Gabere, sobrinha-neta de Gualdim Pais, casou com Martim Anes de Riba de Vizela, rico-homem da corte régia e titular do cargo de alferes-mor, cuja família se expandiu da sua zona de origem,

Guimarães, para outros espaços mais a sul, como Coimbra, área importante para o Templo (PIZARRO, 1999, vol. 1, p. 544; VILAR, 2005, p. 275; FERNANDES, 2006, p. 276).

Alguns exemplos são bastante significativos. Os Barreto são um ramo da família nobre dos de Baião e mostraram especial interesse pela corte régia e por bens patrimoniais situados na Estremadura, o que o pode ter alimentado uma aproximação a Gualdim Pais. Gomes Mendes Barreto casou com uma sobrinha deste Mestre e vários dos seus descendentes ingressaram no Templo (VENTURA, 1992, vol. II, p. 611; PIZARRO, 1999, vol. 1, pp. 403-408). Os Templários tiveram também ligações com as famílias de Cambra-Lambaz e de Sande, ambas com origem nos de Riba de Vizela, e com a de Barbosa. Por exemplo, Gonçalo Nunes de Cambra, freire da Ordem era irmão de Soeiro Nunes de Cambra que, em 1283, tinha uma propriedade em Cambra, que deveria ser entregue à Ordem (PIZARRO, 1999, vol. 1, p. 586). Por sua vez, João Pires de Barbosa ascendeu a Mestre em Castela e testemunhou uma doação a D. João Peres de Aboim, nobre da corte régia e mordomo-mor de D. Afonso III, no dia 15 de maio de 1267 (PIZARRO, 1999, vol. 1, p. 524). Os senhores da Maia, apesar de terem entrado num período de decadência a partir do século XII, entregaram à Ordem Martim Martins da Maia, filho de D. Martim Peres da Maia e de D. Teresa Martins, mais uma senhora dos de Riba de Vizela. Este homem, que era colação do rei D. Sancho II, circunstância que alimentava uma proximidade muito grande entre si desde pequenos, culminou a sua carreira de Templário ao exercer a dignidade de Mestre, pelo menos entre 1242 e 1244

(PIZARRO, 1999, vol. 1, p. 254 e p. 259; BARROCA, 2000, vol. II, tomo 1, pp. 808-811, inscrição 324).

Em síntese, tentar reconstituir as relações familiares e as articulações de poder que se iam estabelecendo e consolidando em torno das mesmas, são questões difíceis, uma vez que a documentação escrita não era reservada a este tipo de relatos. Só por dados indiretos e partindo de extensos trabalhos de investigação sobre a nobreza (MATTOSO, 1982; VENTURA, 1992; PIZARRO, 1999; BARROCA, 2000), é possível saber que famílias como a da Maia, Barreto, Barbosa, Riba de Vizela, Sande, Cambra-Lambaz, Penela-Gravel-Gabere, Alvito, Espinhel e Valverde colocaram alguns dos seus parentes na Ordem do Templo.

Em função dos dados da investigação, é impossível advogar a existência de um padrão no que toca às dinâmicas sociais que se geravam em torno das comendas. A Ordem do Hospital, que partilhava algumas características com a do Templo, tinha a este nível um perfil singular. A análise das áreas de implantação das diferentes famílias nobres no Portugal medieval (PIZARRO, 1999, vol. 2, pp. 495-511) e da localização das comendas da Ordem do Hospital e dos seus respetivos comendadores (COSTA, 1999/2000, pp. 121-132) revela que uma parte significativa dos comendadores assumia a gestão de comendas na mesma área de implantação da sua família ou numa área próxima. Usavam o património e os direitos jurisdicionais da Ordem como meios para dilatar a influência das suas famílias e para lograrem a preservação da sua própria inclusão em lógicas de atuação senhorial típicas do grupo a que pertenciam (COSTA, 2005, pp. 605-621).

CONCLUSÃO

Os reis e os Templários partilharam estratégias cruciais para o território português. O projeto de expansão territorial, a fronteira, a guerra, o povoamento e a exploração económica da terra foram áreas estratégicas de profundos compromissos e pretextos para o aumento progressivo do controlo régio sobre os Templários. Se, por um lado, a Ordem foi um apoio decisivo para a coroa, em particular na segunda metade do século XII, por outro, os seus freires estavam inseridos em redes sociais que, por vezes, tinham interesses além-fronteira e objetivos divergentes.

A fronteira foi uma das principais forças modeladoras da Ordem do Templo e da organização das comendas em Portugal, pelo menos, na sua primeira etapa de existência; a outra grande força terão sido os interesses gestionários da Ordem, havendo a hipótese de ter existido uma matriz de organização de propriedades que emanasse dos órgãos conventuais centrais, sem, no entanto, a conseguirmos captar na análise documental; e a terceira terão sido os interesses sociais, alguns deles moldados pela nova religiosidade militante que se afirmou a partir do 2º milénio por via das Ordens Militares.

No que toca à formação e organização das comendas Templárias em Portugal, a ocupação progressiva de territórios, conducente à criação e consolidação do reino, foi determinante. Este processo evidenciou diversos ritmos de formação das comendas em torno de alguns pontos cruciais e aos quais estavam associados objetivos específicos: Soure (a defesa de Coimbra), Mogadouro e Penas Róias (a

disputa pela senhoriaização do espaço transmontano), Tomar e Castelo Branco (a projeção do Oriente Latino em Portugal) correspondem a ciclos distintos de territorialização.

As comendas tinham perfis heterogêneos e umas eram mais importantes do que outras. Para o *ranking* das comendas contavam a área geográfica em que se localizavam, a mancha territorial que ocupavam, a envergadura do seu património edificado, a realização de reuniões capitulares nas suas instalações e o estatuto social do comendador responsável por essa estrutura de comando. Mas, a história das comendas não se resume a esta dimensão mais local, relacionada com a exploração da terra e as ambições sociais que se alimentavam em seu torno. As comendas integravam dinâmicas internacionais, decorrentes da articulação com os órgãos centrais de governo.

O senhorio templário tinha uma dimensão territorial extensa e dispersa pelo Entre-Douro-e-Minho, por Trás-os-Montes, pelas Beiras e pela área entre os rios Mondego e Tejo, onde tinha especial incidência e concentração. Aqui exerciam prerrogativas jurisdicionais do foro religioso e civil que projetavam o poder da Ordem e o dos respetivos comendadores. As propriedades que o constituíam foram sendo acumuladas, sobretudo, em resultado das doações régias. Para viabilizar a administração das propriedades que recebia, a Ordem organizou núcleos administrativos que designou por comendas, como todas as restantes Ordens Religioso-Militares. Por esta nomenclatura, o comendador assumia-se como *encomendado*, terminologia muito conotada com a feudalidade medieval e que se prolongaria pelos tempos senhoriais mais tardios. As comendas tinham uma dimensão simbólica

que, de facto, as projetava e que tornam o seu estudo bastante desafiante.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

ALBON, Marquis. *Cartulaire Générale de l'Ordre du Temple 1119?-1150: recueil des chartres et des bulles relatives à l'Ordre du Temple*. Paris: H. Champion, 1913-1922.

AMARAL, Luís Carlos; BARROCA, Mário Jorge. *A condessa-rainha: Teresa*. Círculo de Leitores, 2012.

ANTT, *Gaveta VII*, m. 7, nº 22; m. 9, nº 8; m. 10, nº 8, nº 26, nº 27; m. 13, nº 4.

ANTT, *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*.

ANTT, *OC/CT*, nº 234.

BARROCA, Mário. *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, 3 volumes. Lisboa: FCG-FCT, 2000.

BOUZÓN CUSTODIO, Almudena. *La Orden del Temple en el Reino de Galicia en la Edad Media*. Santiago de Compostela: tese de doutoramento apresentada à Universidade de Santiago de Compostela, 2021.

COSTA, Avelino de Jesus da. *O bispo D. Pedro e a organização da Arquidiocese de Braga*. 2 volumes. Braga : Irmandade de S. Bento da Porta Aberta, 2000.

COSTA, Fr. Bernardo da. *Historia da militar Ordem de Nosso Senhor Jesus Christo*. Coimbra: na Off. de Pedro Ginioux, 1771.

COSTA, Paula Pinto. A nobreza e a Ordem do Hospital: uma aliança estratégica. In *As Ordens Militares e de Cavalaria na Construção do Mundo Ocidental. Atas do IV Encontro sobre Ordens Militares*, FERNANDES, Isabel Cristina F. (coord.). Lisboa: Edições Colibri and Câmara Municipal de Palmela, 2005, pp. 605-621.

COSTA, Paula Pinto. *A Ordem do Hospital em Portugal: da Idade Média à Modernidade*. *Militarium Ordinum Analecta*, vol. 3 / 4. Porto: Fundação Engenheiro António de Almeida, 1999/2000. Disponível em: <http://www.cepesepublicacoes.pt/portal/pt/obras/militarium-ordinum-analecta-n.o-3-4>.

COSTA, Paula Pinto. As comendas: enquadramentos e aspetos metodológicos. In *Comendas das Ordens Militares na Idade Média*. *Militarium Ordinum Analecta*. Fontes para o Estudo das Ordens Religioso-Militares, vol. 11. Porto: CEPESE / Livraria Civilização, 2009, pp. 9-24. Disponível em: <http://www.cepesepublicacoes.pt/portal/pt/obras/militarium-ordinum-analecta-n.o-11>.

COSTA, Paula Pinto. *Templários em Portugal. Homens de religião e de guerra*. 1ª edição. Lisboa: Manuscrito / Ed. Presença, 2019.

COSTA, Paula Pinto. Templários no condado portugalense antes do reconhecimento formal da ordem: o caso de Braga no início do séc. XII. *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património*, Porto, 2013, volume XII, pp. 231-243.

DEMURGER, Alain. *A grande aventura dos Templários. Da origem ao fim*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2006.

Documentos Medievais Portugueses. Documentos Régios, vol. 1/1 e 1/2. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1958-1962.

FERNANDES, Hermenegildo. *D. Sancho II*. Círculo de Leitores, 2006.

FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira; OLIVEIRA, Luís Filipe. As Ordens Militares no Reino de Portugal. In *As Ordens Militares na Europa Medieval*, AYALA MARTÍNEZ, Carlos; NOVOA PORTELA, Feliciano. Lisboa: Edições Chaves Ferreira, 2005, pp. 136-165.

GOMES, Saul António. A Extinção da Ordem do Templo em Portugal. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, nº 11, Coimbra: Universidade de Coimbra (2011), pp. 75-116.

GOMES, Saul António. A presença das Ordens Militares na região de Leiria (séc. XII-XV). In *As Ordens Militares em Portugal, e no sul da Europa*, Actas do 2º Encontro sobre Ordens Militares. Palmela: Câmara Municipal e Edições Colibri, 1997, pp. 143-204.

GOMES, Saul António. As Ordens Militares e Coimbra Medieval: tópicos e documentos para um estudo. In FERNANDES, Isabel Cristina (ed.). *Ordens Militares: Guerra, Religião, Poder e Cultura*, vol. 2. Lisboa: Ed. Colibri e Câmara Municipal de Palmela, 1999, pp. 43-72.

GOMES, Saúl António. D. Gualdim Pais (c.1118/20-1195). *Revista População e Sociedade*, 23 (2015), pp. 11-23.

- GOMES, Saul António. Observações em torno das Chancelarias das Ordens Militares em Portugal, na Idade Média. In FERNANDES, Isabel Cristina (ed.). *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria na Construção do Mundo Ocidental*. Lisboa: Ed. Colibri e Câmara Municipal de Palmela, 2005, pp. 111-167.
- JOSSERAND, Philippe. Commanderie. In *Prier et Combattre. Dictionnaire Européen des Ordres Militaires au Moyen Âge*, BERIOU, Nicole; JOSSERAND, Philippe. Paris : Fayard, 2009, pp. 245-246.
- Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae*. MARQUES, José (ed.). 2 vols. Braga: Arquidiocese de Braga, 2017.
- Livro de Bens de D. João de Portel*. AZEVEDO, Pedro de (ed.). Portel: Ed. Colibri / Câmara Municipal de Portel, 2003.
- MARQUES, A. H. Oliveira. A constituição de um condado. In *Portugal em definição de fronteiras (1096-1325): do Condado Portucalense a crise do século XIV*. Nova História de Portugal, SERRÃO, Joel Serrão ; MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.), vol. III, COELHO, Maria Helena da Cruz ; HOMEM, Armando Carvalho (coord.). Lisboa : Editorial Presença, 1996, pp. 13-23.
- MARQUES, José. Caminhos portugueses de peregrinação a Santiago de Compostela. Pressupostos históricos e condicionalismos de uma caminhada. *Mínia*, III Série, nº 6 (1998), pp. 1-44.
- MATTOSO, José. *D. Afonso Henriques*. Círculo de Leitores, 2006.
- MATTOSO, José. *Ricos-homens, infanções e cavaleiros : a nobreza medieval portuguesa nos séculos XI e XII*. Lisboa : Guimarães & Cª Editores, 1982.
- PIZARRO, José Augusto de Sottomayor. A participação da nobreza na Reconquista e nas Ordens Militares. In *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria entre o Ocidente e o Oriente*. Actas do V Encontro sobre Ordens Militares, FERNANDES, Isabel Cristina F. (Coord.). Câmara Municipal de Palmela / GESOS, 2009, pp. 143-155.
- PIZARRO, José Augusto de Sottomayor. *Linhagens medievais portuguesas. Genealogias e estratégias (1279-1325)*, 2 vols. Porto: Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família e Universidade Moderna, 1999.
- Portugaliae Monumenta Historica. Leges et consuetudines*. Lisboa: Typis Academicis, 1856-1868.

RILEY-SMITH, Jonathan. The Origins of the Commandery in the Temple and the Hospital. In LUTTRELL, Anthony; PRESSOUYRE, Léon (dirs.). *La Commanderie, institution des ordres militaires dans l'Occident médiéval*. Paris: Comité des travaux historiques et scientifiques, 2002, pp. 9-17.

UPTON-WARD, Judith M.. *A Regra dos Templários*. Tradução de Francisco Paiva Boléo. A esfera dos livros, 2006.

VENTURA, Leontina. *A nobreza de corte de Afonso III*, 2 volumes. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1992.

VILAR, Hermínia Vasconcelos. *D. Afonso II*. Círculo de Leitores, 2005.

VITERBO, Fr. Joaquim de Santa Rosa de. Tempreiros. In *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram*, ed. crítica por Mário Fiúza. Porto: Livraria Civilização Editora, 1984, pp. 582-602.